

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.696 - MS (2019/0239122-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE CAMPO GRANDE - MS**  
**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS E ANEXO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ARAÇATUBA - SP**  
**INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA**  
**INTERES. : G DA V G A**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência em que é suscitante o Juízo de Direito da Vara da Infância e da Adolescência de Campo Grande – MS e suscitado o Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais e Anexo da Infância e da Juventude de Araçatuba – SP.

Extrai-se dos autos que G DA V G A cumpria medida socioeducativa de internação em unidade de internação localizada em Campo Grande/MS e, com a progressão para a medida de liberdade assistida, foi delegada ao Juízo da Comarca de Chapadão do Sul/MS a fiscalização da medida, por ser seu local de residência.

Ocorre que sobreveio nova imposição de medida de internação pelo Juízo da 2ª Vara de Pereira Barreto – SP e a consequente transferência do menor para a Unidade de Internação sob jurisdição do Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais e Anexo da Infância e da Juventude de Araçatuba – SP.

O Juízo de Direito de Chapadão do Sul – MS, por sua vez, remeteu os autos da execução da medida de liberdade assistida ao Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais e Anexo da Infância e da Juventude de Araçatuba – SP para proceder a unificação das medidas, porque lá o menor já estava em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.

O Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais e Anexo da Infância e da Juventude de Araçatuba – SP declinou da competência e determinou a remessa dos autos de execução para o Juízo de Direito da Vara da Infância e da Adolescência de Campo Grande – MS, por entender não ser competente para o acompanhamento de medida socioeducativa em meio aberto de adolescente residente em outra comarca e porque a unificação resultaria em tratamento mais gravoso que o previsto na legislação (e-STJ fls. 158-159).

O Juízo de Direito da Vara da Infância e da Adolescência de Campo Grande – MS, por sua vez, suscitou conflito de competência por entender que a competência para unificação é do Juízo da execução (e-STJ fls. 7-10).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela fixação da competência do Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais e Anexo da Infância e da Juventude de Araçatuba – SP (e-STJ fls. 180-183).

É o relatório.

Do conflito de competência em exame deve-se conhecer por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea *d*, da Constituição da República.

*In casu*, o menor está em cumprimento de medida socioeducativa de

# Superior Tribunal de Justiça

internação na Unidade de Internação sob jurisdição do Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais e Anexo da Infância e da Juventude de Araçatuba – SP e o juízo responsável pela fiscalização da medida socioeducativa de liberdade assistida declinou de sua competência ante a necessidade de unificação das medidas

Com relação à possibilidade de unificação de medidas socioeducativas, o art. 45 da Lei n. 12.594/2012 prevê que, se, *"no transcurso da execução, sobrevier sentença de aplicação de nova medida, a autoridade judiciária procederá à unificação, ouvidos, previamente, o Ministério Público e o defensor, no prazo de 3 (três) dias sucessivos, decidindo-se em igual prazo"*.

Sobre o assunto, esta Corte tem se posicionado em que a competência para avaliar a possibilidade de unificação de medidas socioeducativas em razão da superveniência de imposição de nova medida é do Juízo da execução.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. ART. 45, §§ 1.º e 2.º, DA LEI N.º 12.594/2012 - SINASE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO POR FATO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO APENAS DE NOVA IMPOSIÇÃO DE INTERNAÇÃO A ADOLESCENTE QUE JÁ TENHA CUMPRIDO MEDIDA DA MESMA NATUREZA. CONHECIMENTO DA VIDA PREGRESSA DO REEDUCANDO PARA A APLICAÇÃO DE FUTURAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "o art. 45, § 2º, da Lei n. 12.594/2012 não respalda a extinção de processo sem resolução do mérito, que só poderia ocorrer quando presentes uma das hipóteses do artigo 189 do ECA, bem como porque o conhecimento da vida pregressa do adolescente é fundamental para orientar o estabelecimento de futuras medidas socioeducativas, caso sejam cometidos novos atos infracionais, tendo em vista inclusive o conteúdo do art. 122, II, do ECA" (AgInt no REsp n. 1.697.957/ES, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 5/12/2017, DJe de 12/12/2017).

2. O art. 45, § 2.º, da Lei n.º 12.594/2012 - Lei do SINASE - não respalda a extinção do processo sem resolução do mérito, mas sim, apenas desautoriza a aplicação de nova internação a adolescente que já tenha cumprido medida socioeducativa da mesma natureza, que não é o caso em questão. Ressalta-se, ainda, que a vida pregressa do reeducando é fundamental para orientar o estabelecimento de futuras medidas socioeducativas, as quais podem ser aplicadas, inclusive, estando ainda em curso o cumprimento da medida de internação anteriormente imposta.

3. O dispositivo legal em questão é dirigido ao Juízo da Execução, que decidirá, no caso concreto, se os atos que ensejaram a nova representação serão absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgInt no HC 496.746/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA

# Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe de 24/05/2019; sem grifos no original.)

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE FURTO QUALIFICADO. EXTINÇÃO DO PROCESSO PELO JUÍZO DE CONHECIMENTO. ART. 45, §§ 1º e 2º, DA LEI N. 12.594/2012. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. O disposto no art. 45, §§ 1º e 2º, da Lei n. 12.594/2012 estabelece vetores para a unificação de nova medida socioeducativa aplicada por conduta anterior a que deu ensejo à execução em curso, nas hipóteses em que o menor em conflito com a lei haja demonstrado, de forma satisfatória, estar ressocializado, em atenção ao objetivo educativo, não punitivo, das medidas previstas no ECA. O dispositivo federal, portanto, não dispensa a apuração de atos infracionais nem determina a extinção do processo de conhecimento.*

*2. A competência para extinguir a internação - não o processo de conhecimento - é do Juízo das Execuções, ao qual caberá aferir o momento da prática do ato infracional.*

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no HC 457.134/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe de 30/04/2019.)

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AOS DELITOS PREVISTOS NOS ARTS. 33 E 35, DA LEI N. 11.343/06. EXTINÇÃO DO PROCESSO PELO JUÍZO DE CONHECIMENTO. ART. 45 DA LEI N. 12.594/2012. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. É firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça segundo o qual o art. 45 da Lei n. 12.594/12 "estabelece critérios específicos para a execução das medidas socioeducativas supervenientes à execução, dispondo sobre as hipóteses em que essas devem ser unificadas quando o ato infracional for praticado durante à execução ou absorvidas quando a infração for praticada antes do início da execução, o que não impede a apuração e o julgamento de novos atos infracionais, com a aplicação de novas medidas ao adolescente, cabendo, contudo, ao Juízo de Execução avaliar, no caso concreto, a possibilidade de unificação ou extinção de uma delas" (HC n. 380.334/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 11/5/2017).*

*2. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no HC 389.253/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe de 01/04/2019; sem grifos no original.)

Ante o exposto, **conheço** do conflito e **declaro competente** o Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais e Anexo da Infância e da Juventude de Araçatuba – SP, ora suscitado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dê-se ciência aos juízes em conflito.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator

